

ATA DA OITAVA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 2º QUADRIMESTRE DA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA.

Ata da Oitava Audiência Pública realizada na Câmara de Vereadores “Palácio Deputado José de Souza Cândido”, nas dependências do Plenário “Francisco Marques Figueira”, cujo prédio fica situado na Rua dos Três Poderes, nº 65, Jardim Paulista. Ao vigésimo sétimo dia do mês de setembro de dois mil e dezessete, às quatorze horas e quinze minutos, deu-se início à Oitava Audiência Pública, do Primeiro Exercício da Décima Sétima Legislatura, sob a Presidência do Ver. José Izaqueu Rangel – Zaqueu(PSDB) que, em nome de Deus e da Pátria, declarou aberta a sessão e anunciou: “Esta Audiência Pública tem por objetivo a demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais do 2º trimestre de 2017, em cumprimento ao parágrafo 4º do artigo 9º da Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/2000. Nomeio uma comissão com os Vereadores Rogério Gomes do Nascimento – (Rogério da Van), Joaquim Antonio da Rosa Neto – (Joaquim Rosa) e Leandro Alves de Faria – (Leandrinho), para recepcionarem e fazerem adentrar ao Plenário o Secretário Municipal de Planejamento e Finanças, Sr. Itamar Corrêa Viana e o Diretor de Contabilidade e o Contador da Prefeitura, Sr. Ricardo Elias Alves. O presidente cumprimentou a imprensa presente, Jornal Oi e todos os convidados e passou a palavra ao secretário para as considerações iniciais. **Com a palavra o Sr. Itamar Corrêa Viana:** “Boa tarde a todos, boa tarde, presidente Zaqueu, boa tarde Vereadores Leandrinho, Rogerinho, Joaquim Rosa e Zé Pirueiro. Quero saudar a minha equipe da área de receitas, área de orçamento e tributos aqui presente, Ricardo Elias, a imprensa, os Vereadores Lisandro, Maizena, Rogério da Van, Neusa do Fadul, Toninho Morgado e agradeço todos presentes. Esta é a minha segunda vez na Casa para fazer a apresentação da Secretaria de Finanças, que, a cada trimestre, perante esta Casa, temos de fazê-la. Nós vamos apresentar o segundo trimestre das contas do município. A primeira vez que estive aqui, apresentei o último trimestre do governo passado. Agora, a gente faz um panorama das contas deste governo.” O presidente passou a palavra ao secretário para sua explanação sobre as contas do município. O secretário iniciou a apresentação da Secretaria Municipal da Fazenda, perante os Membros da Comissão Permanente de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de Suzano. Demonstrou e explicou o relatório referente à prestação de contas, e documentos relativos à receita e despesa do 2º trimestre de 2017, enviados à Câmara Municipal de Suzano, via Ofício n.º 119/SMF/CTBL/2017, em 26 de setembro de 2017, (protocolo nº 007244), em cumprimento ao artigo 9º da Lei Complementar 101/2000, § 4º - Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada trimestre, em Audiência Pública na Comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais. A exposição foi feita no data show do plenário da Câmara Municipal de Suzano. O Secretário fez a apresentação dos Relatórios

de Prestação de Contas, seguindo a ordem: Relatório Resumido da Execução Orçamentária; Resultado Primário; Demonstrativo da Despesa com Pessoal; Demonstrativo da Receita Corrente Líquida e Relatório de Gestão Fiscal. Deu início à apresentação pelo Relatório Resumido da Execução Orçamentária – 2º quadrimestre de 2017. Leu os quadros a seguir, e explicou as receitas e impostos arrecadados até o segundo quadrimestre de dois mil e dezessete:

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2º QUADRIMESTRE DE 2017

RECEITAS	Prevista Atualizada	Realizadas até 31/08/2017	
Categoria Econômica/Fontes	R\$	R\$	(%)
Receitas Correntes (A)	639.940.445,29	436.043.643,60	68,14%
Tributárias	145.570.000,00	100.755.431,79	69,21%
Impostos	140.600.000,00	97.192.483,26	69,13%
IPTU	71.300.000,00	51.902.298,96	72,79%
ISSQN	44.000.000,00	30.452.829,83	69,21%
ITBI	10.000.000,00	5.002.073,84	50,02%
IRRF	15.300.000,00	9.835.280,63	64,28%
Taxas	4.970.000,00	3.562.948,53	71,69%
Contribuição de Iluminação Pública	12.500.001,00	6.457.220,65	51,66%
Contribuições Sociais	20.046.881,38	12.163.489,11	60,68%
Patrimoniais	18.639.723,54	18.506.248,52	99,28%
Transferências Instituições privadas	5.000,00	5.000,00	100,00%
Transferências Intergovernamental	399.415.227,66	269.474.034,72	67,47%
Transferências de Convênio	11.938.978,50	4.564.935,62	38,24%
Outras Receitas Correntes	31.824.633,21	24.117.283,19	75,78%

O Secretário disse que Receitas Correntes, IPTU, ISS, ITBI, são tributos que sempre acontecem e informou: “Fazendo uma conta simples, eu tenho mais três meses para terminar o ano, a previsão de a gente alcançar a meta é totalmente possível.”

IPTU – Imposto Sobre Propriedade Territorial Urbana: atingiu o montante de **R\$ 51.902** milhões, o que representa **72,79%** da previsão inicial. – “Tradicionalmente, Suzano tem uma inadimplência de 30% a 35% do IPTU. Este ano, como uma curiosidade, nós estamos tendo pagamento do imposto, para o período, um pouco acima do normal. Isso é uma sinalização interessante para todos. Está ajudando nas contas municipais”, informou o secretário.

ISS – Imposto Sobre Serviços: arrecadado até este quadrimestre **R\$ 30.452** milhões, sendo **69,21%** do previsto inicial. – “ISS também está um pouco acima do

previsto. Imposto debatido, a imprensa me perguntou, algumas vezes, quanto à questão de bancos, cartões, Netflix, Spotify. Todo esse conjunto de dados, de informações, estão baseados na LC 157 do governo federal, que todos os municípios estão reenquadrando o ISS. Aquele famoso imposto do Itaú, de Poá, que vai ser redistribuído para todos os municípios. Eram 35 municípios no país, que detinham praticamente quase R\$ 6 bilhões de impostos, que serão redistribuídos para todos os municípios, de acordo com a população de usuário. Vou dar o exemplo do Itaú, se nós tivermos mais clientes do Itaú em Suzano, logo vai ter um impacto maior o banco aqui. Se o município não tiver clientes para o Itaú, essa lei não vai mudar nada para eles. Por isso que é difícil fazer uma previsão de quanto vai ter de impacto desse valor no município. Realmente, saberemos a partir do momento que sejam contabilizados esses valores. Quantas pessoas têm Netflix, por exemplo? Não sei. Então, a partir dessa cobrança nacional, depende do município de quem tem. Um município que não tem rede de internet, por exemplo, dificilmente vai conseguir ter esse recurso. Esse valor vai impactar nos ISSs futuros. Teremos sim um acréscimo nos próximos anos, 2018, 2019, baseado nessa mudança da lei. Só estou dando um panorama futuro para vocês”, explicou o secretário.

ITBI – Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis: atingiu o montante de **R\$ 5.002 milhões**, sendo **50,02%** do que foi inicialmente previsto e atualizado. – “ITBI é um imposto natural, vegetativo, porque ele depende da questão comercial, da venda e da compra do imóvel. Estamos passando por um momento de crise imobiliário. Se o mercado não está aquecido a venda é menor, a transferência é menor, o recurso percebido pelo município acaba sendo menor. Por isso que estamos já no segundo quadrimestre, passamos oito meses, e cinquenta por cento, só se acontecer uma situação muito favorável para em quatro meses resgatarmos esse valor, coisa pouco possível de acontecer”, esclareceu o Sr. Itamar.

TAXAS – Atingiu o montante de **R\$ 3.562 milhões**, sendo **71,69%** da previsão inicial. – “Houve um pequeno ganho, comparado ao todo histórico. As verbas vêm da União e vieram menores. O trabalho do município, nesses itens, está ajudando a equilibrar as contas”, mencionou o secretário.

TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS – Atingiram até o quadrimestre o montante de **R\$ 269,474 milhões**, representando **67,47%** do que foi inicialmente previsto. “O governo federal fez o Refis e acabou impactando nas contas agora de agosto, porque, até então, estava vindo a menor. Aí o governo fez o Refis, recebeu recursos dos empreendimentos, das empresas de Suzano e ele repatriou, volta o dinheiro para a cidade. Conseguimos ajustar esse valor, praticamente agora, nesse último mês do quadrimestre”, explicou o Sr. Itamar Correa. A seguir, o secretário explicou o próximo quadro.

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2º QUADRIMESTRE DE 2017

RECEITAS CAPITAL (B)	Prevista Atualizada	Realizadas até 31/08/2017	
Categoria Econômica/Fontes	R\$	R\$	(%)
Receitas de Capital (B)	19.034.018,99	3.718.148,45	19,53%
Operações de Crédito	64.947,02	33.930,00	52,24%
Alienação de Bens	0,00	0,00	-
Transferências de Capital	3.693.369,51	1.324.271,25	35,86%
Convênios	15.083.558,17	2.023.683,11	13,42%
Outras Receitas de Capital	192.144,29	336.264,09	175,01%
RECEITA INTRA (C)	41.549.704,25	21.452.128,66	51,63%
RECEITA TOTAL (A+B+C)	700.524.168,53	461.213.920,71	65,84%

“Quando falo de receita de capital muda totalmente da questão da primeira parte. Esta é quando eu falo do município. E receita de capital é diferente de receita corrente. Um vereador conseguiu uma emenda de um deputado, esta receita entra para o município, mas ela entra pontual. Não é todo mês que essa receita entrará no mês. Esta receita chamamos de receita de capital”, disse o secretário.

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2º QUADRIMESTRE DE 2017

DESPESAS	Dotação Atualizada			DESPESAS EXECUTADAS (L)		
	R\$ (A)	R\$ (E)	E / A (%)	Liquidada até 30/04/2017	Incras em Restos a Pagar não processados	L / A (%)
Despesas Correntes (exceto intra-org.) (E)	664.082.934,96	437.083.228,53	65,82%	334.496.545,86	0,00	50,37%
Pessoal/Encargos Sociais	271.752.970,22	162.619.142,13	59,84%	160.270.326,91	0,00	58,98%
Juros/Encargos da Dívida Interna	2.233.551,35	2.233.551,35	100,00%	1.234.670,89	0,00	55,28%
Outras Despesas Correntes	289.029.647,07	225.978.680,99	78,19%	153.844.258,38	0,00	53,23%
Despesas de Capital (F)	99.045.642,44	46.251.854,06	46,70%	19.147.289,68	0,00	19,33%
Investimentos	90.953.054,69	38.309.266,31	42,12%	13.842.566,81		15,22%
Inversões Financeiras	150.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%
Amortização da Dívida	7.942.587,75	7.942.587,75	100,00%	5.304.722,87	0,00	66,79%
Reserva de Contingência	2.021.123,88	0,00	0,00%	0,00		0,00%
Reserva do RPPS	52.194.122,37	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%
Despesas Intra-Orçamentária (G)	45.455.606,97	27.747.530,97	61,04%	26.938.693,80		59,26%
Reserva de Contingência RPPS (H)	0,00	0,00	0,00%	0,00		0,00%
SUBTOTAL DAS DESPESAS (I) = (E+G+H)	709.538.541,93	464.830.759,50	65,51%	361.435.239,66	0,00	
-				361.435.239,66		50,94%
SUPERAVIT (J)				99.778.681,05		
TOTAL (I+J)	709.538.541,93	464.830.759,50	65,51%	461.213.920,71		65,00%

APLICAÇÃO DOS RECURSOS: SAÚDE. As despesas liquidadas no 2º quadrimestre de 2017 com recursos próprios na área da **SAÚDE** totalizaram **R\$ 67.828 milhões**, representando **22,33%** do total das receitas de impostos e transferências constitucionais, sendo **7,33%** acima do que determina a lei, que é de 15%. – “Quando você vê 7,33 acima e quando você pega 7,33 de 15% que é obrigação é praticamente 50% a mais do que é obrigatório. Vai aumentando a demanda da Saúde, é necessário. Hoje, esses 22,33% da Saúde. Só para terem um ideia cada 1% da Saúde, estou falando em torno de R\$ 2 milhões a mais do que o previsto anteriormente”, explicou o Secretário. **ENSINO.** (C.F. Art. 212). As despesas liquidadas, no 2º quadrimestre de 2017, com manutenção e desenvolvimento do **ENSINO** totalizaram **R\$ 62.959 milhões**, atingindo **27,10%** das receitas de impostos municipais e transferências constitucionais. “Também 2,1% acima do previsto por lei. Uma vez eu apresentei um quadro, acho que na primeira apresentação, que quando você sobe a despesa da Educação e a despesa da Saúde você, literalmente, esmaga, dificulta a capacidade da máquina toda trabalhar. Porque vão aumentando esses dois índices e tem o índice de custeio operacional que hoje estamos trabalhando com 45%, regime máximo é 54% com a folha e para o próximo ano também vamos manter a linha de 45%. Se eu pego 45%, 22% e 27 já fica pouco para todo o restante. Com isso, há uma dificuldade grande em fazer essa gestão de atender a Saúde, atender a Educação, atender a Máquina e toda a demanda do município”, esclareceu o Sr. Itamar Viana. A seguir, leu os itens do quadro abaixo:

**RESULTADO PRIMÁRIO –
2º Quadrimestre de 2017**

RESULTADO PRIMÁRIO	
<u>Receitas</u>	
Receitas Primárias Correntes	
Receitas Correntes	438.990.676,27
Receitas de Capital	3.718.148,45
Subtotal:	442.708.824,72
Receitas de Operações de Crédito	33.930,00
Receitas de Amortização de Empréstimos	0,00
Receitas de Alienação de Ativos	0,00
Total das Receitas Primárias de Capital (A)	442.674.894,72

RESULTADO PRIMÁRIO 2º Quadrimestre de 2017

<u>Despesas:</u>	DESPESAS EXECUTADAS em 2017	
	Liquidada até 31/08/2017	Inscritas em Restos a Pagar não processados
Despesas Correntes (I)	340.852.229,10	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	185.579.655,16	0,00
Juros e Encargos da Dívida (II)	1.428.315,56	0,00
Outras Despesas Correntes	153.844.258,38	0,00
Despesas Correntes (III) = (I)-(II)	339.423.913,54	0,00
Despesas de Capital (IV)	20.583.010,56	0,00
Investimentos	13.842.566,81	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00
Amortização da Dívida (V)	6.740.443,75	0,00
Despesas de Capital (VI) = (IV-V)	13.842.566,81	0,00
Total Despesas Primárias (B) = (III+VI)	353.266.480,35	0,00
TOTAL B	353.266.480,35	
Resultado Primário (A - B)	89.408.414,37	

RESULTADO PRIMÁRIO

2º QUADRIMESTRE DE 2017

RESULTADO PRIMÁRIO – Indica se os níveis de gastos orçamentários do município estão compatíveis com a sua arrecadação, ou seja, se as Receitas Primárias são capazes de suportar as Despesas Primárias. No caso da execução orçamentária do município de Suzano, até o 2º quadrimestre de 2017, pode-se verificar um resultado primário de R\$ 89.408 milhões, o que representa o controle das contas do município. – “Esse é um resultado muito interessante, porque Suzano vinha numa linha de você ter que equilibrar a questão orçamentária e rua. Conseguir fazer mais com bem menos. Esse número é contábil que a gente tem de reportar pela lei de responsabilidade fiscal que a contabilidade nacional solicita, e dentro dos critérios do município, No primeiro quadrimestre foram R\$ 66 milhões. Então, evoluímos para R\$ 89 milhões no segundo quadrimestre. Então, passo a

passo, estamos conseguindo ajustar as contas do município”, acrescentou o secretário.

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Cálculo dos últimos 12 meses (setembro de 16 a agosto de 2017)

Receitas Correntes (I)	701.006.381,10
Receita Tributárias	146.273.819,55
Receita de Contribuição	29.475.523,86
Receita Patrimonial	27.988.930,32
Receita de Serviço	-
Transferências Correntes	459.546.406,43
Outras Receitas Correntes	37.721.700,94
Deduções (II)	83.478.886,04
Contribuição Plano de Previdência do Servidor	26.172.681,37
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	57.306.204,67
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I - II)	617.527.495,06

“RCL – É ela que, praticamente, norteia tudo ou quase tudo, dentro da Prefeitura do município junto ao Estado. É como se fosse a nossa conta-corrente, quanto eu movimentei, quanto eu tenho de capacidade de recurso. No início do ano, a receita corrente líquida era em torno de R\$ 599 milhões e hoje chegamos ao número de R\$ 617 milhões. Para a Prefeitura captar mais recurso, esse item auxilia bastante”, declarou o secretário.

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL 2017 –

DEMONSTRATIVO DOS LIMITES – 2º QUADRIMESTRE

Receita Corrente Líquida - RCL		617.527.495,06	
Despesas Totais com Pessoal			
despesa total com Pessoal - DTP		257.075.626,96	41,63%
Limite Legal (art. 20 LRF)		333.464.847,33	54,00%
Limite Prudencial 95% (Par. Único. art. 22 LRF)		316.791.604,96	51,30%
Excesso a Regularizar		0,00	0%
Dívida Consolidada Líquida			
Saldo Devedor		-79.513.974,98	-12,87%
Limite Legal (arts. 3º e 4º Res.nº 40 Senado)		741.032.994,07	120,00%
Excesso a Regularizar		0,00	--
Concessões de Garantias			
Montante		0,00	0%
Limite Legal (arts. 3º e 4º Res.nº 40 Senado)		135.856.048,91	22,00%
Excesso a Regularizar		0,00	0%
Operações de Crédito Internas			
Realizada no Período		33.930,00	0,01%
Limite Definido p/ Senado Federal para Operações de Credito Internas		98.804.399,20	16,00%
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. por Antec. Rec.Orç. - ARO		43.226.924,65	7,00%

O secretário explicou o quadro acima, começando a falar sobre a despesa com pessoal: “Eu fiz ontem a apresentação da LOA. Suzano está neste momento com 41,63% de gasto com pessoal. O prefeito Rodrigo tem falado que a gente tem andado na contramão dos outros municípios e os números também nos ajudam a fortalecer essa informação. Geralmente, gasta-se mais com a folha de pagamentos, porque a máquina vai inchando, e estamos conseguindo fazer o contrário a isso. É interessante porque uma vez que eu não gasto com o custeio, eu tenho mais para investimento. Quando vocês enxergam que o número está aumentando em investimentos é porque, realmente, está fazendo o dever de casa nos números principais. Sendo que o limite legal seria 54% e o limite prudencial seria 51,3%. Eu já escutei várias linhas aqui dizerem: mas Suzano pode gastar até R\$ 320 milhões com o pessoal. Se fizer isso, o município quebra. Porque o recurso vai para custeio, vai para a estrutura e o restante vai ficar sem. É permitido pela lei, porém o município vai ficar sem capacidade financeira. **Dívida Consolidada Líquida.** Aqui aparece um número negativo, mas é importante que hoje a Prefeitura tem a capacidade de empréstimo, que é um item que eu chamo a atenção, de R\$ 741 milhões. Vou voltar no passado, há um quadrimestre, que era R\$ 719 milhões, e em um quadrimestre conseguimos aumentar R\$ 20 milhões a nossa capacidade de empréstimo. Lembrando que se eu pego emprestado, tenho que pagar.” Ao final das explicações, o secretário disse que tinha outros esclarecimentos a fazer e pediu ao presidente autorização para continuar. O presidente deu-lhe o tempo necessário para suas explicações. **Com a palavra o Secretário Itamar Correa Viana:** “Trouxe alguns pontos que é interessante prestar contas da Secretaria de Planejamento e Finanças para os vereadores e passar algumas informações interessantíssimas. Há um item que quando a gente iniciou,

foram questionados alguns itens da dívida consolidada do município, que é a herança quando se passa de um governo para outro. Eu fiz questão de trazer esse número numa das primeiras reuniões, sempre fui questionado pela imprensa sobre qual é o valor que o município está devendo. O governo pegou com R\$ 172.5 milhões em dívida. Esse valor foi consolidado lá na apresentação e hoje, Presidente, estamos com R\$ 112.450 milhões em dívida. Ou seja, em dois quadrimestres, praticamente, foram saneados R\$ 60 milhões em dívidas do município. Vamos pegar o panorama total. Mantendo uma folha de pagamento adequada, estamos conseguindo melhorar a questão de investimento e estamos conseguindo pagar as dívidas. Em números é 34% de redução da dívida. O Ricardo me corrigiu aqui, então foi uma redução de R\$ 61 milhões em dois quadrimestres. Então, para fazer a coisa acontecer na rua, que é importante não é só gabinete, não são só números, você pagar as contas, manter a folha em dia, manter fornecedores em dia, fico contente em fazer essa redução. Porque eu poderia fazer todo esse caminho só aumentando. Aumentar despesas é fácil. Mas fazer todo esse caminho e manter em dia as contas do município isso é muito gratificante. Eu diria que isso é um item muito especial para passar para vocês aqui na Casa de Lei. Outro item que eu gostaria de agradecer o empenho é sobre a aprovação, lá trás, do Refis. No orçamento passado estava previsto R\$ 10.600 milhões. Só que se não tivesse ação, como iria acontecer? E nesse período do Refis foram R\$ 5 milhões que entraram desde a data até agora, com uma previsão de mais R\$ 2 milhões. Para atingirmos Zero, ou seja, cumprir o orçamento. Acredito que isso vai acontecer daqui a um mês, um mês e meio. Então, eu vou ter um saldo, eu Prefeitura, de pelo menos uns R\$ 3 a R\$ 4 milhões de dinheiro limpo, ou seja, fora do orçamento. E, por decisão do prefeito, veremos o que poderá ser feito com esse recurso. Esse recurso ainda não apareceu nada. Não temos nenhum dinheiro novo. Estamos enxugando gelo, quase que todos os dias.”

O Ver. Leandro Alves de Faria perguntou se a previsão da arrecadação do Refis para 2017 chegaria a R\$ 7 milhões. **RESPOSTA:** “Na verdade, havia na dívida ativa R\$ 10.600 milhões na dívida ativa. O Refis é um item que está dentro dessa dívida ativa. Na prática eu tenho que pagar para o orçamento R\$ 10.600 milhões. Até agora, contabilizado, a toque de caixa, R\$ 8.400. Faltam R\$ 2.200 milhões para eu cumprir a meta do orçamento. Cumprida a meta, o que vier a mais é extraorçamentário. É esse recurso, de novo, que eu chamo de recurso limpo no nosso orçamento. Houve alguns comentários que eu fiz na primeira prestação em que eu falei que iria começar o Refis, e agora estou em outra fase, está ali a minha outra equipe que é da parte de receita, que me auxilia nisso. Hoje, a Prefeitura tem 77 mil cartas de cobrança, na verdade, a gente chama de regularização financeira, que a Prefeitura vai encaminhar para os municípios. Esse encaminhado, na história de Suzano, praticamente, não tem um movimento desse, onde é possível vir mais essa receita, porque muitos não tiveram o contato com a informação do Refis. A gente vai mandar a informação com a dívida consolidada e ela no Refis, mostrando a vantagem para a pessoa do Refis com vencimento até dezembro. Então, não é pegar o boleto agora e sair correndo. É poder se planejar até dia 15 de dezembro, dentro do processo do Refis, a possibilidade desse recebimento. Você recebendo até dezembro, lógico, que o impacto virá para 2018 que irá ajudar bastante. Vai acontecer, já estou preparando todo o material, tem a questão de informática, tem

que fazer toda a preparação, mas já está acontecendo. Quero agradecer todo o empenho da equipe que está envolvida cem por cento nessa atividade e que é importante para ajudar a sanear o próprio município. Aproveito o item e digo que também me perguntaram sobre alguns bancos lá trás, que eu fiquei explicando a questão dos bancos em que você faz o chamamento público e vem quem quer. Vê o valor, beleza, eu aceito esse valor e ele se credencia. Então, nós estamos, a partir de uns quinze dias, no máximo, fazendo os testes operacionais. O Admilson e a Silmara estão coordenando esse trabalho que, daqui no máximo quinze dias, o Bradesco vai estar na nossa rede credenciada. A tratativa está bem adiantada, e até o final de novembro o Banco do Brasil. Com o Banco do Brasil e Bradesco a gente fecha toda a rede bancária municipal, para prestar serviço para o município. Porque não é o município que os obriga, eles que vêm. Estamos trabalhando, conversando com os gerentes. A equipe da receita está acompanhando esse trabalho. Outra informação, a abertura de empresa hoje no município está com o prazo médio, a Silmara está acompanhando par a passo, o CADE e o Via Rápida, está chegando num prazo médio de dez dias, porque já há alguns pré-requisitos. O município hoje não tem toda a ação que tinha anteriormente, é via Estado, põe a informação, chega ao município, vê o zoneamento, está ok, ok, estando correta, o próprio contador faz direto no escritório dele, não precisa mais vir à Prefeitura para fazer abertura de empresa. O que vai ajudar também fomentar todos os trabalhos. E, restituições que os munícipes têm direito, muitas vezes, pagam a mais para a Prefeitura e tem o recurso preso por um ano, dois, três anos, pede para vereador verificar se é possível agilizar o processo de devolver o dinheiro que é dele. Estamos praticamente zerados, não temos nenhuma restituição, temos uns dez processos somente, ou seja, quase insignificante o número de processos. O que é do munícipe está voltando para ele. Agradeço a oportunidade com vocês. Fecho as minhas palavras.” O Senhor Presidente agradeceu o secretário pelas explicações e disse que a devolução do dinheiro aos munícipes é muito importante, pois senão isso ficaria a fundo perdido. A seguir passou a palavra aos Senhores Vereadores para os seus questionamentos. **Com a palavra o Ver. Denis Claudio da Silva – DEM(Denis Filho Pedrinho Mercado):** “Boa tarde, Senhor Presidente, boa tarde, Secretário e a toda a sua equipe. Secretário, tenho uma dúvida a esclarecer, até é uma questão que enviei para a Prefeitura. No Relatório resumido de Execução Orçamentária nós temos a CIP, Contribuição de Iluminação Pública, nós tínhamos uma previsão de arrecadação de R\$ 12.500 e arrecadados R\$ 6.457 milhões. O senhor sabe me informar quanto existe na dotação da CIP hoje em caixa?” **RESPOSTA:** “Dois ponto oito milhões. Até sexta-feira será protocolada a prestação de contas da CIP, que não era feita, aqui na Casa de Leis. Antecipando, esse número foi superestimado, porque quando você fala em energia elétrica, você fala em consumo, fala em economia, tem vários itens que refletem na CIP. Uma empresa que corta um turno, ela corta 30% da energia elétrica, naquele período, logo, vai pagar menos CIP. Então, esse número foi um indicador, foi superestimado, porém a economia também caiu nesse período, então entrou a menor. E hoje é uma discussão interessante nos municípios. Na grande maioria dos municípios hoje, a CIP consegue fazer somente dois itens. O terceiro não fala que ela faz, só a questão do pagamento da iluminação pública e da manutenção. O número, logicamente, como foi apresentado aqui, o valor para expansão, o valor de

CIP hoje não alcança a expansão. Ele alcança pagamento das contas e a manutenção. Então, é um item que para você fazer uma expansão você vai ter que hoje, com o recurso da CIP, que inclusive, tem um item federal que se chama DREM, Desvinculação das Receitas de Estados e Municípios, que permite desvincular as receitas até 30%. Alguns municípios optaram por desvincular a DREM. Ou seja, trinta por cento dessa DREM eu poderia “trazer para o tesouro”. Só que eu não optei por essa função, porque já está faltando na CIP para fazer manutenção, para fazer pagamento das contas. Então, hoje é o número que se fechar toda conta, só cabem esses dois itens: o pagamento e a manutenção. A expansão, realmente, faltaria ter um incremento ou a economia crescer a ponto de que eu recebo mais pela CIP ou ter que fazer uma discussão melhor quanto à lei da CIP. Eu, até historicamente, fui buscar, houve uma variação do valor das duas leis anteriores, até o Ricardo na época me trouxe isso, a diferença tem que ser mais estudada, discutida a CIP como ferramenta de iluminação pública. Hoje ela está sendo utilizada como ferramenta para pagar contas da iluminação pública, não dos próprios públicos. Destes, as contas têm de ser pagas com recursos do tesouro. A iluminação então, a gente não faz nem para os próprios públicos. O Paço, para você ter ideia, é dinheiro utilizado do tesouro. As UBSs, até o Max Feffer, se não me falha a memória, são pagos com dinheiro do tesouro e não da CIP. Hoje nós temos a dotação de R\$ 2.800 milhões. Aí no relatório está R\$ 6 milhões. Você me perguntou sobre os R\$ 12.500 milhões. Quanto a esse número, ele não vai acontecer até o final do ano. Pela projeção que tem, não tem como acontecer esse número não.” **PERGUNTA:** “O que tem em caixa são R\$ 2.800 milhões? Foram gastos aproximadamente R\$ 3.800 milhões do arrecadado?” **RESPOSTA:** “Exato.” **PERGUNTA:** “Sem nenhuma expansão do serviço, é isso? Essa taxa serve única e exclusivamente para custeio da iluminação pública?” **RESPOSTA:** “Custeio para a iluminação pública. Você fechando a conta, conforme foi falado, seria um item interessante de se abrir uma discussão quanto a isso.” **Com a palavra o Ver. Marcos Antonio dos Santos - Maizena Dunga Vans(PTB):** “Muito obrigado pelo senhor ter comparecido a esta Casa. Como o Vereador Denis falou, o que acontece, antes de a gente aprovar essa lei, Secretário, quem pagava a iluminação no município era a Prefeitura. Isso foi acordado lá quando nós aprovamos em 2015, Vereador Denis, que todo esse dinheiro da CIP seria para fazer a manutenção, a expansão da iluminação que faltava. Então, eu acho que temos de entrar numa discussão, porque a gente vai parar para analisar, trinta por cento da nossa iluminação do nosso município não tem. E está gastando com o município, está pagando a taxa e nós estamos sendo cobrados. Então, vamos ter de esticar a discussão, porque o dinheiro está sendo gasto e a manutenção não está sendo feita, porque não tem contrato, certo? E a gente está sendo cobrado. Acho que nós, vereadores e secretário, temos de esticar mais um pouquinho para entrar num consenso para ajudar o município. Porque, graças a Deus, a Prefeitura está pagando as dívidas que tem. Entraram menos R\$ 25 milhões, certo, agora está tudo igualado e a gente vai ter de arrumar algum mecanismo que não venha aumentar a taxa também. Porque a taxa já aumentamos para tentar arrumar a iluminação nesta cidade. É só isso. Obrigado, Secretário.” **Com a palavra, o Ver. Joaquim Antonio da Rosa Neto – PR (Joaquim Rosa):** “Permite-me uma

pergunta, encaixando na questão da iluminação. Com relação ao contrato da empresa que vai prestar o serviço de manutenção e troca de lâmpadas, enfim, enquanto não é realizado esse contrato, enquanto não é fechada a licitação, existe algum plano que sejam substituídas as lâmpadas para a cidade não ficar no escuro? Porque a gente vê muitas reclamações de lâmpadas queimadas, que não estão sendo substituídas. Eu quero saber se há algum plano para ser executado, enquanto não é feito o processo de licitação?” **RESPOSTA:** “Obrigado, Vereador Maizena, obrigado Vereador Joaquim Rosa. Olhem que interessante, pergunta dos vereadores e voltando à pergunta do Vereador Denis, por que tem os R\$ 2.800 milhões? Porque a empresa não está contratada. Se a empresa estivesse contratada, fazendo a manutenção eu teria o pagamento da empresa e esse valor não teria saldo. Só para vocês terem ideia, não é que eu tenho a mais, na verdade, eu tenho a menos, porque estou sem a contratação de uma empresa. A contratação de uma empresa de iluminação, também vou fazer uma triangulação na pergunta, ela depende de quatro a seis meses não dando o Tribunal de Contas. Então, por melhor que seja a equipe de contrato, nós temos a estimativa, tem o trâmite legal, trâmite jurídico desse trabalho. Eu também sou uma das vozes, que também comento com o prefeito, que depois que melhorou a questão dos buracos na cidade, o pessoal agora olha para cima, olha para a luz que antes não olhava, estava olhando para baixo, porque tinha que desviar do buraco. Brincadeira à parte, como melhorou isso, então a demanda para a iluminação está sendo muito grande. Estou com a missão de justamente equalizar isso. Estava discutindo hoje pela manhã, ver os meios legais para não dar nenhum problema, de uma contratação emergencial com a empresa, compra das lâmpadas. Hoje eu tenho os números exatos. Nós temos em Suzano hoje 20.554 pontos de luz. Quando se fala aonde está indo esse dinheiro, está sendo pago para 20.554 pontos de lâmpadas que estão nas ruas. Precisam ser trocadas 3.673 lâmpadas, que vieram nesse passivo. Ou seja, se até o final do ano eu conseguir fazer um plano de trabalho, até respondendo aí o que o governo pensa em fazer, se a gente conseguir fazer essas trocas de lâmpadas, com o recurso que temos hoje, com o orçamentário do ano que vem, a empresa, o plano de trabalho, lá na frente, vai ser mais tranquilo. Hoje, está uma discussão que eu me ponho à vontade de vocês para discutirmos números, discutirmos sobre a lei, do custeio, porque é uma informação importante para o município. Jamais vou me furtar de dar informação nesse sentido. A gente está com um planejamento de trabalho para conseguir fazer, porque, Vereador Denis, dinheiro em caixa não me deixa feliz, porque na frente de escolas há lâmpadas queimadas, tem lâmpadas em frente de creche, em frente de comércio. Em frente na casa de qualquer pessoa, que tem o mesmo direito. Não adianta eu ter dinheiro na conta e falar: olha nós temos na conta R\$ 2.800 milhões. Dizer isso para o cara que tem uma lâmpada queimada, não muda nada. É onde temos essa burocracia necessária no trâmite da contratação, não sou contra, tem que seguir todas as leis, porém o munícipe não vai perceber isso. Não adianta vocês vereadores falarem vai demorar mais dois, mais três meses, tem que fazer um plano de urgência. Estou trabalhando nisso, essa demanda está pessoal, por isso eu tenho os números bem claros. Há outro processo que eu comentei com vocês, quando essa discussão tomou corpo, da mesma forma que está tomando agora, na primeira vez que eu fiz a apresentação, essa mesma discussão, voltando ao

Vereador Maizena, essa discussão tomou corpo. Foi quando eu falei que seria feita uma auditoria dos postes, junto à EDEP. Se alguém buscar na memória, eu fiz esse comentário lá trás. Dia 10 de outubro agora, a EDEP fez um plano global, que para cada poste vão ter seis fotos com gel processamento. Ou seja, você vai clicar no poste na frente da sua casa e você vai saber até quantos pontos, quantos gatos têm no poste. Vou ter o plano de manutenção completa, quantos braços estão quebrados, quantas lâmpadas estão queimadas, qual é o reator, qual é o número que está naquele reator, qual é a potência daquela lâmpada, tudo isso agora vai ficar aberto. Assim que eu tiver esse material em mãos, vou voltar para apresentá-lo para vocês, porque é interessante entender a informação como um todo. De vinte e sete mil postes de Suzano, como comentei, tem 20.554 pontos de iluminação. Tem um déficit, aproveitando esse item, há uma discussão com o prefeito que é cobrança no IPTU da CIP dos terrenos vazios. Está na lei. O que tem que fazer? Cumprir a lei. Então, na própria lei aprovada, os terrenos que têm na Vila Amorim, no Centro que têm iluminação, estão tendo um ganho pela valorização da própria iluminação. Então, a primeira coisa, a gente vai arrumar a casa, e para o ano que vem já estamos prevendo isso, vendo os mecanismos para conseguir chegar a esse item. Aí, Vereadores, Maizena, Joaquim Rosa, Denis, a gente começa ter um incremento da receita, porque essa receita não foi percebida. Nunca entrou no caixa, quando que a expansão pode ser devagar, porém constante. Essa seria uma ideia e eu não estava aqui na discussão de 2015, você comentou quando foi feito um consenso, e vendo hoje os números, quando você fala de uma receita de R\$ 12 milhões de uma CIP, se você pagar as contas, a manutenção vai ficar quanto para a expansão? Um milhão, dois milhões? Vamos considerar que sejam dois milhões, só para fazer uma conta simples, a Educação se aumentar 1% nela, esses dois milhões, ela já vai usar. Então, deixou de pagar a energia, mas esse recurso acabou indo para outras frentes. E a máquina pública tem esse caminho. Então, o recurso que não foi utilizado ali, acaba sendo utilizado em outra frente. No caso da CIP, nesta gestão, não. CIP é CIP. Não é utilizado um real, que não seja para o devido fim.” **Com a palavra, Vereador Denis Claudio da Silva:** “Secretário, apenas para finalizar, acho que as palavras do senhor em relação ao dinheiro em caixa foram muito felizes, porque no primeiro momento parecia que tinham R\$ 2.800 milhões em caixa, só que a realidade da nossa cidade é muito diferente do que ter R\$ 2 milhões em caixa. Eu vou ao encontro com o pensamento do Ver. Maizena, que acho que esta Casa tem que reavaliar a lei, reavaliar a conta de contribuição, porque ela foi criada com um intuito e hoje a cidade vem passando por uma dificuldade muito grande na manutenção, na expansão da iluminação pública, para a qual foi criado esse tributo. Aí o senhor me fala que uma licitação desse porte leva de 6 a 8 meses. Temos de nos lembrar que estamos no mês dez. Já se passaram dez meses, e esse edital ainda não está na rua, todo mundo sabe disse. Então, nós vamos finalizar este ano sem nenhuma empresa de manutenção, e a cada dia que passa, esse problema vem agravando em nosso município. Isso é uma realidade constante. Sempre falo, o primeiro lugar que todo mundo bate para reclamar é aqui na Câmara. Por isso, que nós temos que reavaliar a questão do investimento. O custeio sempre foi arcado pelo município, antes da criação da lei. O município tem de achar uma forma de conseguir essa expansão. Há uma informação extraoficial de quando finalizou o

antigo governo, essa mesma dotação tinha de R\$ 3 a R\$ 4 milhões em caixa. Não sei se procede ou não. Novecentos mil? Tudo bem, mas se acrescentarmos novecentos mil nos R\$ 3.800 milhões gastos, já vamos para R\$ 4.700 milhões que foram gastos este ano sem a expansão e sem o serviço que é essencial para a população. Nós sabemos dos problemas de segurança que está. Então, eu quero pedir uma atenção, sei que a licitação não é da pasta do senhor, mas como o senhor entrou no mérito da licitação, para que consiga dar uma atenção especial para essa carência que o município vem sofrendo, porque a contribuição foi aprovada com essa finalidade. E, no meu entendimento, houve um desvio de finalidade, depois da lei aprovada. A lei permitia, mas não era para isso, então, vamos fazer. Acho que a gente precisava encontrar um caminho para levar essa solução para a população. Que o senhor avaliasse junto com a equipe do governo, não só com a sua equipe, junto com os demais secretários, para o que viesse ao encontro para ajudar a nossa população.” **RESPOSTA:** “Vereador, Denis, novamente obrigado. Na verdade, comungo com as suas palavras. Igual como uma transição de governo, houve uma questão da própria licitação, do objeto em si, quando se abriu a discussão tem esse o objeto. Esse objeto está sob a avaliação para ser feito da melhor forma. Quando você falou em caixa, até o Ricardo que me ajudou com o número R\$ 900 mil, tem outra questão vem ao lado, as contas que ficaram para pagar. Eu vou usar o nome dele aqui, o Moacir, gestor da EDP, ele fazia pressão no corredor. Falava: a EDP está precisando, mudou o sistema de cobrança e se não fizer o pagamento em dia, vai cortar. Então, não tem mais aquela coisa de essencial, isso caiu por terra. Estou tentando buscar os números aqui, Ricardo, tinha valores de R\$ 450 a R\$ 600 mil a serem pagos já nas primeiras semanas de janeiro. Vieram os R\$ 900 mil, mas vieram juntos os carnês para fazer os pagamentos. Lógico, eu sou munícipe, eu ando na cidade, vivencio a cidade. Até como uma brincadeira, não gostaria que fosse, mas é uma brincadeira, na frente da casa da minha sogra tem que trocar a lâmpada. Ela falou, Itamar, você não pode pedir para alguém da Prefeitura? Não posso. Na verdade, ela e todos os munícipes têm o mesmo direito. E o problema é o mesmo para todos. Se você for hoje lá na Chácara Faggion tem lâmpada queimada. É um problema que você escuta falar no Jardim Márcia. Eu me preocupo com isso. Eu sou da área técnica, minha função é totalmente técnica. Mas os problemas do dia a dia não são técnicos, são reais. Por isso tem essa complementação de visão e, de novo, a discussão da CIP, ela como um todo – desde o valor que é da contribuição, porque é uma contribuição para a iluminação pública, o do município de São Paulo, de Guarulhos, de Mogi das Cruzes da maioria dos municípios está defasado, está fora da própria realidade do município – tem de ser: qual é o projeto, qual é o plano? O prefeito Rodrigo é bem claro, tendo aumento de receita, onde será utilizado? Dependendo e acho que dá para ir por esse caminho, o plano de trabalho da expansão, principalmente, ter concessão na Casa de lei, quando tiver que acontecer isso. Isso é o que faltou, qual é o objetivo, aonde vai ser a primeira expansão? Que seja no Bairro A, no Bairro B, no Bairro C, vai privilegiar vereador? Não, vai privilegiar quem mora lá bairro. Acho que essa discussão é tão importante quanto o recurso. Discutir aonde vai o recurso, a partir do momento em que eu o tiver dentro do tesouro. A discussão está desde a defasagem da questão da contribuição, da questão da utilização e de um plano de trabalho real. Ou seja,

agora, com esse mapeamento que a EDP vai me fornecer dia 10 de outubro, eu tenho noção plena de como está o parque de iluminação de Suzano, onde precisa de manutenção. Então, vai ser mais objetivo. O que estamos pagando? O que estamos fazendo? Hoje, essas respostas começam a aparecer.” **Com a palavra o Ver. Marcos Antonio dos Santos:** “Presidente, último questionamento. Secretário, não sei se o senhor pode me dar a resposta, estava conversando aqui com um amigo nosso da Prefeitura, para saber se a gente pode fazer uma Audiência Pública a respeito da iluminação nesta Casa. Para a gente pedir informação tudo certinho, porque está havendo muita troca de postes nos bairros, eu estou acompanhando, gostaria de saber, não sei se vocês têm esses números agora, acho que não devem ter, que a Bandeirantes tem por obrigação trocar postes de madeira, certo? Porém eu gostaria de saber se está sendo paga a troca de postes. Porque esse cronograma vem da Prefeitura. A semana passada eu acompanhei 8 postes de madeira na rua. Não sei se foi o pessoal da Prefeitura, ou se foi o pessoal da Bandeirantes. Eles trocam três na Rua A, depois vão para o outro lado da linha, sem cronograma nenhum. Não seria da Secretaria do senhor, mas essa troca de postes está sendo paga? Porque a obrigação é da Bandeirantes.” **RESPOSTA:** “Vereador Maizena, você me ajudou na resposta, é basicamente isso. Isso é uma obrigação da concessionária, da EDP. Poderia buscar informações num plano de trabalho da Prefeitura. Então, tem que ver, não teria essa informação de bate pronto para você, mas acredito que seria interessante, como você falou, fazer uma Audiência, até se for o caso da audiência, mais para o final do mês de outubro que é quando vou receber a informação, e dá para preparar o material com bastante qualidade, em que se torna uma discussão mais ampla quanto a isso. Que a gente consiga entender que movimento é esse que a EDP está fazendo, esse material ter em mãos, a proposta que está posta, que é a troca de lâmpadas, hoje de um contrato emergencial, de alguma coisa nesse sentido para a gente fazer! O mínimo necessário não digo, porque se a gente trocasse quatro mil lâmpadas, fizemos todo o necessário, tudo o que precisava. Três mil, quinhentas e setenta lâmpadas, que é o número, seria interessante a audiência, fazer essa discussão, mas a questão da troca depende, basicamente, da própria EDP. Nós não efetuamos nenhum pagamento para a EDP referente à manutenção, a troca, nada. Dos cofres públicos, não houve nenhum pagamento.” **Com a palavra o Ver. Leandro Alves de Faria – (Leandrinho):** “Quero parabenizar o Secretário a sua equipe pelo trabalho que vem desenvolvendo na Secretaria. Também quero parabenizar pelos números que foram apresentados hoje. Como o nosso prefeito costuma falar que está indo na contramão, realmente, os números estão aí para mostrar e comprovar isso. Quero fazer uma pergunta, Secretário, referente ao Refis 2017. Queria que o senhor repetisse a explicação e, em cima disso, fazer já uma pergunta: com a previsão de sobra de quatro milhões até o final do ano, já se sabe com o que será gasto esse dinheiro ou vai ser pago alguma coisa?” **RESPOSTA:** “Vou voltar à explicação conforme o vereador Leandrinho solicitou. Dentro da peça orçamentária foi previsto que nós receberíamos R\$ 10.800 milhões, ou seja, até dez milhões, ele acontecendo cumpre o orçamento. Desses R\$ 10 milhões, vai para todo mundo, vem para a Câmara, vai para todas as pastas, todo mundo recebe um pouquinho desse montante. Se ele não acontecer, o que temos de fazer, que inclusive foi feito este ano, está em andamento, é o contingenciamento.

Se eu não recebo, eu tenho que cortar. Tenho que cortar porque não tenho como pagar esse valor. Essa expectativa positiva de receber esse valor, ela pode acontecer, imagino, em torno de R\$ 3 milhões, limpo. Só que é interessante, falando na questão financeira e orçamentária junto, porque o orçamento é uma coisa e finanças é outra, mas quando eu falo em ter R\$ 3.000 milhões, outras previsões também não aconteceram, um exemplo delas é a CIP. Só para usar a mesma analogia. De R\$ 12 milhões eu arrecadei até agora R\$ 6 milhões, até o final do ano vão ser R\$ 9 milhões. Vão faltar R\$ 3 milhões. Então, tecnicamente, os R\$ 12 milhões foram utilizados. Foram já vistos por vocês, previstos, de novo, os doze milhões foram divididos para várias pastas, estou falando da CIP para dar a mesma explicação. O que excedeu três milhões, aqui eu vou usar, literalmente para complementar o que foi usado aqui e não entrou a receita. Acontece muito na Educação. Tem o Fundeb e o governo não manda o recurso naquele mês. O que temos que fazer? Usar o dinheiro do tesouro para cobrir o Fundeb. A previsão do Fundeb é de R\$ 94 milhões, existe uma previsão de chegar R\$ 91 milhões, posso até confirmar esse item, ou seja, Fundeb também vem R\$ 3 milhões a menos. Só que a Educação também já está contando com esse valor. Quando eu falo desse dinheiro limpo é porque ele veio a mais. Por prerrogativa o prefeito pode usar em outro investimento, porém do ponto de vista orçamentário financeiro ele já está encaminhado para fechar as contas. Vou ter que fazer esse equilíbrio, porque eu acordo já pensando em 31 de dezembro. Então, tenho que fechar as contas dia 31 de dezembro. Se esse recurso veio a mais pelo Refis, pelo Fundeb, pelo IPVA, qual for a fonte, ele vai ajudar a fechar os outros caixas. Então, são essas duas visões. Quando você perguntou onde seria investido, primeiro eu tenho de ter limões para fazer um plano de investimento para 2018, porque o fechamento desses números se dá em 31 de dezembro. Eu posso ter um salto em outubro e quando chega dezembro ele cai. Então, ele fecha no dia 31 de dezembro, e eu só vou ter essa realidade em 2018.” **PERGUNTA:** “Obrigado pela resposta, Secretário. Quero fazer mais uma pergunta, que o senhor já comentou sobre a inadimplência do IPTU de 2017. Hoje estamos em 72,79% de pagamento, cem por cento é difícil chegar, mas a previsão é que se chegue à meta que foi planejada na LOA do ano passado, ou o senhor acha que vai haver uma inadimplência muito grande comparada ao ano anterior?” **RESPOSTA:** “Novamente, é uma oportunidade de explicar essas informações. O orçamento do município já prevê a inadimplência na receita. Então, quando é lançado um valor de R\$ 70 milhões, na prática, foi mandado para o município R\$ 100 milhões. Então, já tendo essa média histórica de 30% de inadimplência, a própria equipe de orçamento já faz essa previsão. Não é que você vai mandar 100 e vai receber 100. Você vai mandar 100 e receber 70. Então, os meus 100% é 70%. Historicamente, isso é um dado de 30% a 35% de inadimplência do IPTU. Aí caberia um estudo, a minha equipe, o Ivair, o Thiago, que é focada em IPTU, a discussão vai mais além, por exemplo, tem vários carnês que voltaram. E esses que voltaram? Cadê a pessoa está pagando, não está pagando, consulta o banco de dados, vai lá, visita, os endereços. Estamos prevendo fazer uma higiene cadastral para o ano que vem, que é uma das minhas metas e aí consigo lançar e ter mais precisão na informação. Porque quando eu falo em 30%, inclusive, é uma resposta para o senhor, Vereador, a questão desses 30% é real. Pode ser 30% baseado em IPTUs

que no cadastro não tem resultado real. Eu vou procurar nos próximos anos 2018, 2019 e 2020 o número de inadimplente é aquele que não pagou, não aquele carnê que foi emitido e não teve histórico em cima dele. Porque o nosso cadastro merece uma higiene cadastral mobiliária e imobiliária, ou seja, as empresas com IPTUs como um todo. Aí eu vou ter mais segurança no dado. Acredito que pelo andar vamos atingir os 100%. E esses 100% foram previsto no orçamento, porque se não atingir os 100% de novo, vou tentar fechar de algum lugar ou contingenciar. Quando a receita vem de outra fonte, pelo menos na pior das hipóteses, eu não preciso contingenciar o orçamento de nenhuma outra pasta.” **PERGUNTA:** “É importante, Secretário, quando o senhor fala em higienização do cadastro. Eu não sei se Prefeitura tem, ou se é uma coisa para ser pensada, até como sugestão, que além do recadastramento tenham campanhas de conscientização do IPTU; onde o recurso do IPTU é utilizado. Acho que esse tipo de conscientização a gente poderia fazer em conjunto com as escolas, com os postos de saúde, com vários setores da Prefeitura, para que a gente não precise nos próximos anos, como já foi dito, que não vai mais haver o Refis, pode ser que aconteça ou não, acho que isso seria importante para Secretaria do senhor junto com outras Secretarias para amanhã ou depois a gente conscientizar o pagamento do IPTU para depois a gente dar um respaldo maior para a população de Suzano. Obrigado.” **RESPOSTA:** “Vereador Leandrinho, agradeço a ideia de conscientização. O pagamento do IPTU nada mais é do que confiança no governo. O índice de confiança no governo é o pagamento do IPTU. Parece que soa estranho isso, mas eu sou da cidade Santa Cruz do Monte Castelo no Paraná, e eu conversando com pessoas das cidades menores, Porto Rico, que cem por cento é pago o IPTU. Por que é pago cem por cento o IPTU? Porque conhecem o prefeito. As cidade paranaenses têm um contato mais próximo. As cidades mais desenvolvidas a inadimplência é menor. Porque a população percebe que aquilo que ela paga ela recebe de volta. E a grande percepção, durante muito tempo, foi por que eu estou pagando IPTU? Até um fiz uma fala aqui, por que eu estou pagando IPTU se a minha rua está com buraco, se a lâmpada da rua está queimada, se o posto de saúde está ruim, se a Santa Casa está ruim? Eu começo mudar o desenho. Poxa, o buraco da minha rua já tamparam. Já estão trocando as lâmpadas, a Santa Casa está melhorando, você começa a perceber. Eu tenho a felicidade de andar em outros municípios e estou ouvindo falarem bem da cidade. Isso me deixa, não vou dizer orgulhoso, mas muito contente, porque estou fazendo parte desta gestão. É uma espiral positiva. A partir do momento em que o munícipe percebe que está valorizando o recurso dele, ele começa a pagar. O vereador Maizena não está aqui, mas me reportando a ele, o prefeito Rodrigo estando lá no Miguel Badra, vários munícipes chamaram-no e disseram: eu quero pagar o IPTU. Manda o carnê este ano ainda que eu pago. O Rodrigo me chamou no gabinete e me falou: tem um pessoal lá no Miguel Badra, tem gente querendo o carnê para pagar o IPTU. Prefeito, mas eu não posso sair daqui e ir lá na casa do cara e entregar somente para ele, tem de ser para todos, porque o benefício é para todos. Não vou entregar só para você que teve um benefício. A população está procurando para regularizar os pagamentos. Está acontecendo esse viés positivo. Mas essa conscientização é nós governo começarmos a mostrar que está respeitando o dinheiro, o imposto e devolvendo-o. É uma conta que quanto mais a Prefeitura entrega, mais ela vai receber. E aí, você

põe as contas mais em dia. O que eu tenho falado ao prefeito é que num ano difícil, orçamento apertado, a gente conseguir fazer o que estamos fazendo, quando a gente tiver um espaço orçamentário, a gente vai conseguir fazer muito mais. Então, é isso, entregando mais para a população, a gente vai receber mais. Até a receita acaba recebendo mais.” O Senhor Presidente perguntou ao funcionário Adriano se havia perguntas do público presente. Não havendo ninguém inscrito para questionamentos, voltou a palavra aos vereadores. **Com a palavra o Ver. Lisandro Luis Frederico – (Lisandro da ONG PAS):** “Presidente, boa tarde, Secretário Itamar, boa tarde. Primeiramente, quero parabenizá-lo pelo alívio que nos dá sobre as contas, como você mesmo disse, estão sobre total controle. Acho que do ponto de vista da Secretaria de Finanças e Orçamento isso é muito positivo, afinal de contas a Saúde pode mostrar esse trabalho para a gente. Mas aqui na Câmara, como a própria Prefeitura pediu, a gente está tendo uma visão um pouco mais holística das coisas, acho que é por isso que as pessoas questionaram a taxa da iluminação pública e outras questões. Sei que não é responsabilidade sua, mas tendo em vista a frequente cobrança que o vereador faz sobre outras questões, e muitas vezes a justificativa é orçamento, recentemente, a gente teve problemas com falta de algodão em Postos de Saúde. Segundo informações, é porque estava faltando dinheiro, para fazer compras de medicamentos e algodão. Hoje, na Secretaria de Esportes a gente está sem vários cursos que tiveram até o ano passado, como natação. Fora o serviço de iluminação pública, que falaram que a manutenção não tem ocorrido, você acha que esse controle das contas atuais, essa redução das despesas é o que está refletindo esse impacto da qualidade em alguns serviços do município ou não? Ou o município que não está lhe demandando a compra desse tipo de serviço. Só queria reforçar mais uma vez, entendo a sua responsabilidade de controle de compras, acho que você está fazendo muito bem, mas como a gente está fazendo uma visão mais holística e recebe a justificativa que falta dinheiro em outras Secretarias, pelo seu ponto de vista queria saber como a gente pode atuar nos próximos meses?” **RESPOSTA:** “Vereador Lisandro, agradeço também a sua presença, você me fez três perguntas, mas cabe a mim também a questão orçamentária. É sempre interessante entender o que é não ter orçamento. Se nós combinamos de fazer um churrasco, desculpe-me só quero ser didático, no valor de mil reais, cada um dá cem reais ou cinquenta reais, então o nosso orçamento para aquele churrasco é mil reais. Se tiver uma demanda de mais cinquenta reais, não está no orçamento. Então, mais cinquenta, mais cem, vão aparecendo “n” demandas, na verdade. E o orçamento não é receita, é orçamento. Enquanto que não acontece a receita, o recurso entra no município eu só tenho uma previsão de orçamento. O que é verdadeiro é o dinheiro em caixa. Por isso que eu falei que orçamento é uma coisa e financeiro e outra. Lá eu cuido da parte de contabilidade e da parte financeira. São dois mundos diferentes, são duas situações diferentes. Porque hoje nós não temos orçamento para nada na Prefeitura, todo aquele orçamento projetado lá trás já foi consumido aqui. O orçamento, não a receita. A receita só vai acontecer conforme for entrando recurso no município. Conforme entra recurso, aquele orçamento é liberado. Esse, literalmente, é o mecanismo. Igual como você comentou a questão da visão holística é isso mesmo, é entender o todo. Muitas vezes entendendo o todo, como você comentou do algodão, foi específico. Eu tenho acompanhado a questão das

compras, inclusive, o prefeito solicitou uma mudança, a qual eu a estou gerenciando, está acontecendo essa mudança, devido a alguns problemas pontuais como você comentou, porque você tem “n” itens na Saúde. Faltou algodão? Mas algodão é essencial, é básico, é o papel higiênico da Saúde, numa analogia é o algodão, algo que não pode faltar. É algo que aconteceu. Não é um item que eu tenho a informação, mas estamos fazendo agora uma central de compras. O que é central de compras? As pessoas que trabalham nas compras das Secretarias hoje estarão junto comigo na Secretaria de Planejamento e Finanças. Porque comprar é planejar. Quando você faz a compra, até um comentário que tive no almoço com o Ricardo, vou usá-lo como exemplo, é como se você tem um orçamento na Educação, outro tem orçamento na Saúde e outro na Administração. São três orçamentos. Você pode fazer compra de papel higiênico. Um exemplo simples, você vai comprar uma marca de papel higiênico, ele vai comprar outra e outro vai comprar outra, por quê? Você tem que seguir o ritual da compra dos três orçamentos, fazer aquele ritual, mas vocês vão comprar três diferentes. Compra manda no almoxarifado, e aí? Para você ter uma ideia, quando a compra é descentralizada, acaba acontecendo problemas como esse, que é inadmissível do ponto de vista de planejamento, de organização. Então, um item que eu sei que vou utilizar acontecer isso. Por isso, respondendo a essa pergunta já como um todo, um planejamento que o próprio prefeito já solicitou e eu já estou encaminhando isso. A questão do esporte, houve a mudança do chamamento público, que é a nova modalidade de contratação das entidades que seja na Saúde, na Educação, no Esporte, qualquer uma outra, nas quais o esporte se enquadra. Para as entidades serem enquadradas, para fazer o projeto elas também demoraram um tempo, as duas partes, a que iria prover o serviço e a questão da documentação para fazer esse trabalho. Se não me falha a memória, o processo já estava startado para este mês, para a primeira ou segunda quinzena de setembro. Ou seja, já teria começado esse trabalho. Porque foi essa readequação à lei, à prestação de contas, porque eles não estão acostumados a ela, se você, por exemplo, tem uma escolinha de futebol e esta faz o serviço para a Prefeitura, eles têm de prestar contas no mês, até no me seguinte dia 10, para receberem do município. Se eles não prestarem conta, logo, não recebem. Antes eles faziam prestação de contas anual, não é Ricardo? A prestação de contas antes tinha um período muito maior. Agora, é todo mês. Houve esse conjunto de mudanças que a Educação com as creches, a Assistente Social com as entidades conseguiram se adiantar um pouquinho mais e o Esporte, realmente, não conseguiu acompanhar na mesma velocidade. A lei é a mesma, inclusive, para os três itens. Seria então esse item. Quero aproveitar a palavra, Lisandro, para fazer um comentário quanto a pagamento da Prefeitura. Tenho falado que quando a gente começou estava com mais de 120 dias de atraso de pagamento dos fornecedores. Hoje, ando tranquilo na cidade. Não tem nenhum fornecedor querendo me cobrar, bater, brigar. Porém o próximo passo, os pagamentos vão ser nos dias 10, 20 e 30. Hoje a Prefeitura executa pagamentos diários. Isso demanda um trabalho fantástico. Então, a gente vai centralizar os pagamentos no dia 10, dia 20, dia 30, porque acaba sendo mais organizado. Eu consigo trabalhar com mais fluxo de caixa, com previsão, com coisas que são técnicas e necessárias dentro de uma gestão pública. Este ano já estou fazendo este trabalho, para o próximo ano

vai ser nesses itens. Só para juntar os itens, a prestação de contas de uma entidade, que ela não prestou até o dia 30, cinco dias úteis antes do dia 30, vou processá-la no dia 10. Ah, mas eu quero que você, senão o meu pessoal não vai receber o salário. Logicamente, esse procedimento serve para organizar e acaba organizando os próprios fornecedores, a nossa máquina também. Seria um próximo passo, Presidente, que a gente vai fazer para ajudar a melhorar a organização e a gestão do município.” **PERGUNTA:** “Obrigado, Secretário. Diante de sua resposta quero até relevar os parabéns ao que tudo indica então os problemas que vimos na cidade não são questão orçamentária, mas sim a falta de planejamento, talvez, das demais Secretarias, o que nos tranquiliza. A gente está vivendo um tempo de crise, e logicamente, a gente pensa que esse tipo de impacto é devido a ausência de recurso. Como você mostrou aí, tivemos uma previsão orçamentária em vários itens de 30%, 40% até 50% abaixo do que foi previsto no ano passado. A gente está agora na Casa de Leis com um projeto em trâmite que é o PPA. E o PPA, estava dando uma avaliada, tem orçamento previsto para os próximos anos, assim como logo a gente vai aprovar a lei orçamentária que também tem uma previsão e eu queria saber se a Secretaria de Finanças considerando essa consequência que a gente viu este ano de receita de até 50% abaixo do previsto, se esses orçamentos que vocês estão mandando para o PPA ou para a LOA já estão previstas essa queda, devido a essa crise que a gente está vivendo. Só para a gente não viver essa surpresa de prever um orçamento muito acima do que foi de fato arrecadado.” **RESPOSTA:** “Vereador Lisandro, obrigado. A questão do PPA foi bem discutida, muito discutida. Os pares internos, ou seja, os servidores foi o PPA mais discutido internamente entre Secretarias, secretários, prefeito. O prefeito, por exemplo, o Rodrigo sabe cada item, de cada pasta, coisa que foi rara no histórico de Suzano justamente para isso. A linha orçamentária busca mais o conservadorismo. É melhor ser conservador e trabalhar depois com uma gordurinha que aparece, que pode acontecer, porque o cenário de 2018 ele é totalmente turbulento do ponto de vista econômico financeiro, porque é um ano de eleição você não sabe se vai para frente ou se vai para trás. Mas a nossa base que a gente trabalhou foi bem conservadora, porém, alguns pontos foram ousados, dentro da linha que o próprio prefeito solicitou. Mas, realmente, vimos alguns itens que foram desconsiderados. Tem um item que posso adiantar para vocês, que é a questão da alienação, foi posto R\$ 26 milhões. Para o próximo está considerando R\$ 15 milhões, já com itens previamente para serem discutido e aquele valor daquela alienação para qual caixa vai. Isso foi um dos itens que deu bastante problema. E a questão orçamentária depende, de novo, da própria economia. A economia foi ruim, então, o resultado foi ruim. Acreditamos que, para o ano que vem, possa ser melhor, logo, esses números, gostaria de ser surpreendido positivamente, ou seja, que fosse a mais do que eu, Prefeitura, eu Secretaria, previ, que seria interessante ter essa possibilidade.” Não havendo mais vereadores para fazerem questionamentos o presidente passou a palavra para o secretário fazer suas considerações finais. **Com a palavra o Sr. Itamar Correa Viana:** “Gostaria de agradecer, Presidente, por esta oportunidade, não de cumprir a lei da apresentação do segundo quadrimestre e sim fazer uma prestação de contas da Secretaria de Finanças aos nobres vereadores, isso é muito gratificante, porque respondo as perguntas na medida que é possível. É interessante ter esse debate com vocês.

Agradeço aos vereadores, agradeço a minha equipe de receita, que me auxilia bastante, o Ricardo, o contador aqui, a imprensa presente sempre junto conosco e aos presentes na galeria, Chiquinho, Pardal. Estou sempre às ordens, para responder e atender a Casa de Leis.” O Senhor Presidente agradeceu a presença do secretário, da imprensa, dos funcionários, dos vereadores, do Sr. Ricardo e finalizou com um comentário referente à iluminação pública: “Secretário, o senhor sabe, estamos chegando perto do Natal é bom que as luzes estejam acesas!” Nada mais havendo a tratar, às 15h43 o Senhor Presidente encerrou a presente Audiência Pública. Compareceram a esta sessão os seguintes Vereadores: Antonio Rafael Morgado - Prof. Toninho Morgado(PDT); Denis Claudio da Silva – DEM(Denis Filho Pedrinho Mercado); Joaquim Antonio da Rosa Neto – PR (Joaquim Rosa); José Carlos de Souza Nascimento – PTB (Zé Pirueiro); José Izaqueu Rangel – Zaqueu(PSDB); Leandro Alves de Faria – PR (Leandrinho); Lisandro Luis Frederico – PSD (Lisandro da ONG PAS); Marcos Antonio dos Santos - Maizena Dunga Vans(PTB); Ver^a. Neusa dos Santos Oliveira - Neusa do Fadul(PSD) e Rogério Gomes do Nascimento – PRP (Rogério da Van). Acompanhamento da sessão: diretor jurídico, Dr. Nelson Ytsuo Tanuma; consultor de orçamento, José Cláudio Aguiar; diretor legislativo, Douglas Francisco Martins da Silva; taquígrafa, Rosinéia de Agostini Pacheco.

Plenário FRANCISCO MARQUES FIGUEIRA, em 27 de setembro de 2017

**VER. JOSÉ IZAQUEU RANGEL – ZAQUEU(PSDB)
Presidente**

**Ver. Antonio Rafael Morgado - PDT
(Prof. Toninho Morgado)
1º Secretário**

**Ver. Max Eleno Benedito – PRP
(Max do Futebol)
2º Secretário**